

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de Abril de 2013

No dia vinte e seis de Abril do ano de dois mil e treze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 23 de Fevereiro de 2013;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2012 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

4.3 - Revisão aos Documentos Previsionais Ano Financeiro 2013 / 1ª Revisão ao Plano Plurianual Investimentos.

4.4 – Procedimento da revisão do Plano Diretor Municipal de Montalegre - Aprovação final.

4.5 – Proposta de designação do Júri de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos (cargo de direção intermédia de 2º grau).

5 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e oito (58) membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Rui Alves, Filipa Alves, António Cascais, Pedro Giesteira, José Ferrage, António Pereira, António Dias, Domingos Costa e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os Vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e Duarte José Crespo Gonçalves.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Clotilde Gomes, António Santos, Rui Alves, Sónia Fernandes, Francisco Surreira, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, Ricardo Moura, Amadeu Fortunas, António Dias e Paulo Pinto.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da ata da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 23 de Fevereiro de 2013.

A ata da sessão ordinária do dia 23 de Fevereiro de 2013 foi posta à consideração, tendo o deputado Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre, Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal de Montalegre, eleito pela coligação PSD/CDS "Amar Montalegre", tendo usado da palavra na sessão desta assembleia em 23/02/2013 (pág.2) com referência à ata de 14 de Dezembro de 2012 com a finalidade de tentar alertar quem lavrou a ata daquela sessão que deverá ter mais atenção ao que se transcreve das intervenções dos oradores, a fim de se conseguir que fique transcrito o essencial entendível numa linguagem de bom português, a saber:

Primeira correção- a transcrição da ata de 14.12.2012 e agora na ata de 23.02.2013, é de referir que na primeira ata, na página 7, eu não me chamo Acácio da Silva Vieira Gonçalves, mas sim Acácio da Silva Gonçalves, ou como profissional liberal, solicitador, Acácio Gonçalves.

Segunda correção – na página nove, o Acácio Gonçalves do CDS/PP disse que era inconstitucional contornar o que está escrito na Lei quanto à licenciatura exigível para o desempenho das subunidades orgânicas do 3º grau era um licenciatura adequada e experiência profissional e não como pretende o executivo ser ou não ser de Bolonha (nº3 do artº 4º da Lei 49/2012 de 29 de Agosto) que neste caso se aplicava à proposta do concurso da chefia do Ecomuseu.

Terceira correção – num aparte o deputado fez referência à questão dos submarinos nas atas referidas (páginas 9 na primeira e 2 na segunda) e que a redatora faz questão em se enganar as duas vezes, custando-lhe a escrever que Dr. Paulo Portas não comprou os submarinos que foram encomendados pelo Eng.º Guterres, assumindo apenas o contrato como ministro da defesa, recebendo os submarinos que Portugal terá que pagar mediante acordo a longo prazo.

Quarta correção – quanto à empresa EHATB (página 11 da ata 14.12.2012) a redatora fez questão em ficar nos “entrementes” quanto aos estatutos retificados por esta assembleia ao não transcrever o que foi dito pelo deputado que se congratulou com a retificação do artº30º ao acabar com um vencimento do Presidente “milionário” e o reduzir para o aceitável ao equipará-lo ao de vereador do executivo camarário.

Quinta correção – na ata de 14.12.2012, página 12, o deputado Acácio disse alto e bom som que não poderia concordar com as propostas apresentadas e retiradas pelo executivo, apelando que na futura apresentação fossem revistas as situações alienadas a Chaves e Boticas, respetivamente da empresa Soc. Com. MARC – mercado abastecedor da região de Chaves SA e a empresa Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação SA, a título gratuito. Montalegre, 26.04.2013. Assinado, Acácio Gonçalves.”

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte expediente recebido:

Pedido escrito entregue pela responsável pela elaboração das atas da Assembleia Municipal de Montalegre: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre, Montalegre, 18 de Abril de 2013: Na ata da reunião do dia 14 de Dezembro de 2012, no ponto 4.3, refere-se que se inscreveu para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves e que este, transcreve-se, “disse que este assunto lhe faz lembrar a questão dos submarinos. Quem os comprou foi o Portas, mas quem os vendeu foi o Guterres.”

Na reunião do dia 23 de fevereiro de 2013, este deputado realçou esta transcrição da sua intervenção, corrigindo-a. Assim, referiu que não tinha dito o que consta da transcrição e cita-se “Ele não disse nada disso. O que disse foi que quem encomendou os submarinos foi o Guterres e quem os recebeu foi o Portas. Temos que ser sérios, pois futuramente quem ler as atas diz que os deputados não sabiam o que diziam.”

Enquanto responsável pelo apoio à Assembleia Municipal, designadamente pela elaboração da ata, ouvi novamente a gravação desta reunião e constatei que efetivamente o que o deputado Acácio Gonçalves tinha dito é o que consta da ata de 14 de dezembro ou seja “disse que este assunto lhe faz lembrar a questão dos submarinos. Quem os comprou foi o Portas, mas quem os vendeu foi o Guterres.”

Uma vez que é posta em causa a transcrição do que é dito nas reuniões nas atas, solicito a V. Exa se digne pedir aos deputados municipais que, sempre que possível, entreguem as intervenções por escrito de modo a que as atas reflitam na totalidade a pretensão do discurso dos deputados. Assinado, Manuela Pedreira.”

Ofício enviado pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Carvalho de Moura: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: só há poucos dias tomei conhecimento do teor da ata da Assembleia Municipal de Montalegre, de 15 de setembro de 2012, na qual eu me vi obrigado a responder a insinuações caluniosas e a mentiras proferidas na assembleia anterior a esta pelo atual presidente da Câmara de Montalegre, Fernando Rodrigues.

E, conquanto nada saiba sobre a avaliação que sobre a mesma fizeram os membros da assembleia aquando da sua apreciação, constato que as minhas palavras foram escandalosamente deturpadas no ponto em que eu falo de que os barrosões, em defesa da honra vão ao extremo de cometer crimes de morte que se podem ver nos caminhos "pejados de cruces". Ora, o que vem expresso na ata da assembleia é que eu terei dito: "Não se meta comigo porque já sabe o que lhe acontece", o que é redondamente falso.

Como a elaboração da ata é da responsabilidade da mesa e, em particular, do presidente da mesma, poderá e deverá V. Exa ordenar que as minhas palavras que foram gravadas no ato sejam confrontadas com o que vem escrito na referida ata.

É mais um caso lamentável, típico da corrupção que grassa na Câmara de Montalegre.

Tem V. Exa a obrigação de mandar rever o texto da referida ata, sob pena de, se não o fizer, se poder concluir de conluio de V. Exa em toda esta trama. O que eu disse está reproduzido não só na gravação feita no ato como também nos jornais "Notícias de Barroso" e " O Povo de Barroso" nas suas edições números 410 e 463, de 17.09.2012 e 463, de 26.09.2012 respetivamente, saídas, como se pode ver, logo após a referida sessão da Assembleia Municipal. Aproveito ainda a oportunidade para lamentar o facto do presidente da mesa da assembleia municipal não ter tido uma palavra de reprovação ou de chamamento à razão a quem insulta e calunia pessoas ausentes dessa assembleia e que, por isso, sem possibilidade de defesa. É um dos deveres elementares do presidente da assembleia municipal.

Mas, é a vida política que temos na nossa terra e que se lamenta. Cumprimentos respeitosos, Carvalho de Moura, ex- presidente da Câmara Municipal de Montalegre."

Ofício enviado do Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, cujo assunto é: "Pergunta ao encerramento do serviço de internamento no centro de saúde de Montalegre "Em resposta à pergunta acima referida encarrega-me o S.E. o Ministro da Saúde de informar que o serviço de internamento encerrou no dia 21 de janeiro de 2013, após o último doente ter tido alta clínica, pelo que não foi necessário referenciar qualquer utente para a RNCCI.

Não é vocação, missão, nem responsabilidade dos Cuidados de Saúde primários a função de internamento, como decorre do próprio enquadramento legal.

O encerramento do serviço de internamento nada tem a ver com a desertificação. A manutenção deste serviço, único na região norte, só acentuava a iniquidade no tratamento dos cidadãos e nem se compreende porque em nome deste princípio nunca em tempo útil a questão foi colocada. Com os melhores cumprimentos, o Chefe de Gabinete, Luís Vitório."

Sobre a carta do Sr. Carvalho de Moura houve vários deputados que protestaram pelo seu conteúdo e manifestaram-se contra qualquer correção ou alteração porque a ata estava aprovada na reunião anterior e porque o que lá está escrito é aquilo que foi dito. Ninguém se pronunciou a favor.

O senhor Presidente da Câmara manifestou perante a Assembleia Municipal a intenção de enviar a carta para o Ministério Público pelo facto de a considerar de conteúdo difamatório da Câmara a que preside.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Domingos Vasconcelos, Ricardo Moura, Pedro Barroso e José Carlos Costa.

O deputado João Soares falou sobre a proposta apresentada na assembleia acerca do encerramento de alguns serviços, nomeadamente do fecho do internamento do centro de saúde de Montalegre e disse que tem lido notícias que apontam para estarmos perante mais uma mentira deste Governo.

Disse que se sentia triste pois como cidadão da república portuguesa deixou de ter um Presidente de todos os portugueses. Deixou de estar representado dentro das instâncias internacionais e dentro do próprio país por um órgão de soberania que é o Presidente da República que ontem se demitiu de Presidente da República de todos os portugueses. Passou só a ser Presidente de uns tantos portugueses onde ele não está incluído. Isto é motivo de instabilidade e de revolta.

Disse ainda que o Senhor Presidente da República, numa visita à Colômbia e numa grande exposição cultural portuguesa, não foi capaz de se referir a uma figura cimeira, prémio Nobel da Literatura, José Saramago. Disse que o Presidente da Colômbia, por onde quer que passe, fala de Gabriel Garcia Marques e do seu prémio Nobel.

Nas comemorações do 25 de Abril, quando os cravos se desprenderam da bancada e caíram à frente dos pés, ele ouviu duas referências a José Saramago e uma delas da Presidente da Assembleia da República.

Disse que o Presidente da República tem vergonha de símbolos cimeiros da república portuguesa. Ontem distanciou-se de muitos portugueses que se orgulham da cultura de Portugal, da literatura portuguesa e de serem cidadãos portugueses.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que em anteriores sessões da assembleia municipal se falou no posto da GNR da Venda Nova e que o Presidente da Câmara falou que o processo estava a avançar. Perguntou em que ponto está esse mesmo processo.

Disse que, como é o último mandato do Presidente da Câmara, será a última vez que lhe fala no canal.

Realçou que, como o ano foi muito chuvoso a vegetação vai disparar e a erva vai inundar as aldeias. O Presidente da Câmara poderia aproveitar os beneficiários do RSI e recrutar algumas pessoas para executarem esses trabalhos de limpeza.

O deputado Ricardo Moura deu os parabéns ao Dr. Duarte Gonçalves pela coragem que teve em se assumir novamente como candidato à Câmara Municipal de Montalegre. Disse ainda que para se ser candidato se deve ser imparcial e um homem de palavra.

Disse que no final do ano de 2012, o Presidente da Junta de Padornelos recebeu uma carta do Presidente da Comissão Política do PSD de Montalegre a pedir uma cópia dos cadernos eleitorais daquela freguesia. Como sempre colaborou com toda a gente e como nunca escondeu nada de ninguém, forneceu a cópia dos ditos cadernos.

Nos fins de janeiro de 2013, o Presidente da Comissão Política do PS de Montalegre pediu, oficialmente, os cadernos eleitorais da freguesia de Meixedo e até agora ainda não lhe foram entregues. Temos que ser democráticos pois não podemos querer um Deus para nós e um diabo para os outros.

Dirigiu-se ao deputado Manuel Ramos por causa, de uma notícia por ele publicada no jornal do qual é diretor. Disse que, nessa notícia fala mal da Feira do Fumeiro, que esta só se fazia com porcos espanhóis e que a culpa era da associação de fumeiro e da autarquia, como que estes sejam culpados pelos atos dos produtores.

É possível que o deputado Manuel Ramos tenha alguma razão, mas se conhece alguns casos concretos que os denuncie, pois se tem coragem para publicar certas notícias também tem que ter coragem para fazer as denúncias.

Disse que temos que ter cuidado com o que se diz pois este tipo de insinuações podem ser o princípio do fim da melhor feira do país.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Vou falar de democracia, mas antes quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para quando o pagamento da sanidade aos agricultores, uma vez que já na anterior assembleia foi questionado sobre o tema mas o pagamento (de 2012) continua por fazer.

Celebraram-se ontem 39 anos sobre o 25 de Abril de 1974, uma data sempre invocada como um dos maiores expoentes da Liberdade e Democracia em Portugal, e que é usada nos discursos de muitos políticos e cidadãos em geral como o pêndulo dos valores referidos.

Mas tudo isto nos deve fazer pensar muito, pelo menos no meu caso acontece, sobretudo acerca da legitimidade com que alguns barões da política usam e abusam desses valores primordiais nos seus discursos, quando na sua prática diária, na maior parte dos casos, agem em sentido contrário à salvaguarda da Democracia e Liberdade, asfixiando tudo e todos à sua volta, considerando-se donos da verdade e conhecimento e tornando-se verdadeiros entraves ao desenvolvimento.

O nosso concelho é, claramente, apenas mais um exemplo desta democracia dos discursos, das palavras e não dos atos. Gostava de chegar a esta Assembleia e poder debater os problemas e desafios do futuro do nosso concelho com outro presidente, outra pessoa que possa representar mudança, nem que seja apenas de nome. Porque vejo noutros municípios (infelizmente não em todos) os Presidentes, de décadas, cederem antecipadamente o seu lugar a pessoas que possam representar um futuro diferente, ainda que defendam políticas semelhantes e aqui não?

Sei que o Prof. Fernando Rodrigues deve sentir-se frustrado e com remorsos pelo que não fez, por deixar um concelho pior do que o encontrou. Há tempos, nesta assembleia, até o acusaram de ser o "coveiro do concelho". Não iria tão longe, é verdade que ficou muito aquém do esperado, mas deu o seu melhor, a mais não é obrigado. Ficará ligado a um passado difícil, marcado pelo abandono da agricultura, pela ausência de fixação de empresas e o desemprego, pela desertificação, pelo envelhecimento da população, por uma série de promessas por cumprir e pelo fogo de artifício das bruxas.

Tudo porque andou quase 20 anos para perceber que a chave da economia e desenvolvimento do nosso concelho passa pela agricultura; que há 15 anos atrás "ocorriam" duas sextas-feiras treze por mês em Montalegre, a cada dia de feira quinzenal, com os agricultores e as suas famílias a esgotarem restaurantes e demais serviços da vila. Será que sonhou com um concelho que poderia viver só de serviços?

Deu o seu melhor mas agora é tempo para sair ainda com alguma dignidade. Goze os remorsos do que não fez na paz do seu lar, ou espere por um regresso do seu partido ao Governo e pela oferta do mais que merecido lugar.

Se o problema é o medo de não ser reconhecido, ou esquecido, no futuro, deixo-lhe uma solução. Socorre-se, como em outras ocasiões, de um dos seus subordinados, e propõe nesta assembleia a homenagem à sua pessoa para o próximo dia 9 de Junho (caso já tenha outra pessoa em vista, pode adiar para 2014) e a colocação do seu nome a uma das suas obras emblemáticas como o multiusos ou a pista automóvel. Tenho a certeza que todos votaremos efusivamente a favor. Peço-lhe desculpa por esta ideia já não ser original, uma vez que já houve outro presidente do nosso distrito, de outro partido (o quer prova que o problema não está nos partidos mas nas pessoas com sede de poder), talvez ainda mais narcisista, que já se "auto-homenageou". Não encare nada disto como pessoal, mas em favor dos valores que referi e que o senhor tão bem apregoa. Ainda que se corra o risco de ser apenas uma mudança de nome e não de ideias, é urgente mudar. Viva o 25 de Abril. O deputado municipal, Pedro Barroso."

O deputado José Carlos Costa pediu esclarecimentos acerca dos estabelecimentos de diversão noturna e qual a razão de uns terem licença para encerrarem a uma hora e outros a outra. Há muita gente que não sabe a razão, mas acredita que haja uma boa justificação.

Disse que grande parte da juventude do concelho passa a semana em casa e vêm a noite de sábado como o momento em que têm alguma liberdade e se abstraem dos problemas como o desemprego e precariedade das suas vidas.

Perguntou ainda como está a obra de ligação de Salto a Cabeceiras.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as comemorações do 25 de abril são uma justa homenagem aos capitães de abril. Os valores de abril são defendidos por democratas e, numa época de crise que o País enfrenta, ainda mais defendidos devem ser. O 25 de abril teve lugar para dar a palavra ao povo, para desenvolver o país, não só para trazer a liberdade e a democracia, mas também para trazer o progresso social. E ganhou-se muito, mas as desigualdades não foram suficientemente combatidas. É preciso dizer aos governantes da Europa e do Mundo que é o povo quem mais ordena. Tem que se governar para o povo e não para os mercados e para os agiotas dos bancos. É este o pedido que todos os democratas fizeram no 25 de abril e, por isso, com muito orgulho, devemos dizer, viva o 25 de abril!

Sobre o fecho do internamento do centro de saúde Montalegre, disse que já tem mais argumentos para apresentar ao Diretor do ACES numa próxima reunião.

Sobre o quartel da GNR da Venda Nova, disse que a Câmara fez o projeto, apresentou candidatura e esta não foi aprovada com um argumento que poderá não ser ultrapassado. A Câmara foi enganada pois foi garantido que se a Câmara apresentasse projeto, aceitasse pagar a participação nacional, haveria dinheiro dos fundos comunitários. Mas depois de muita insistência por parte da autarquia, foi-nos dito que a candidatura não seria aprovada se a obra não estivesse entregue ao empreiteiro. Isto é uma brincadeira pois toda a gente sabe que as Câmaras só podem adjudicar as obras depois de haver cabimento, depois de ter fundos disponíveis. Espera que haja um esclarecimento por parte do Senhor Secretário de Estado para que esta situação seja resolvida o mais breve possível.

Sobre o caminho referido pelo deputado Domingos Vasconcelos, disse que os funcionários da Câmara lhe transmitiram que a obra foi feita por pressão dos herdeiros e nessa mesma altura foi feito o aviso que as pedras iriam ficar lá e eles disseram que não havia problema. No entanto, vamos ver se se resolve essa situação.

Sobre a sanidade animal, disse que está tudo pronto para se iniciarem os pagamentos.

Disse que fica honrado por ser responsabilizado pelos males do País, pelo desemprego, pelo descalabro da agricultura, pelo envelhecimento, e pela desertificação de todo o interior. Mas faltou uma coisa, que seja também responsabilizado pela dívida pública do País.

Disse que iria continuar a dedicar-se de corpo e alma ao partido socialista pois é o seu partido e que em tempos também foi o do deputado Pedro Barroso. Disse que ele se filiou no PS para ser candidato à junta de Meixedo, mas como foi despachado, a primeira coisa que fez foi entregar o cartão de militante. É essa, mais que remorsos, a frustração que o persegue.

Sobre os horários dos estabelecimentos comerciais, bares, cafés e discotecas, disse que é um problema complicado porque a Câmara tem de conciliar vários interesses: a animação noturna, a economia local e a ordem pública, para assegurar a tranquilidade dos moradores.

Disse que há algumas birras por parte de alguns moradores, mas também há muita condescendência. Os proprietários dos bares e discotecas foram várias

vezes avisados, mas nunca entenderam que as alterações à ordem pública lhes diziam respeito. Houve casos de barbaridade em Montalegre e os donos dos bares deveriam ser os primeiros a ajudar a meter os culpados na cadeia. Nunca compreenderam que isso lhes iria cair em cima. Os horários foram reduzidos devido a autos sucessivos da GNR e queixas permanentes dos vizinhos relativamente a estes assuntos e do cumprimento da lei do ruído. O horário foi reduzido depois de vários avisos e depois de não haver outra solução. Disse que não quer ser acusado por omissão pois a lei deixa obrigações ao Presidente da Câmara que é obrigado a tomar medidas para evitar ou resolver problemas da ordem pública que ponham em causa a tranquilidade dos moradores. Sobre a estrada de ligação de Salto a Cabeceiras, disse que o contrato de trespasse do empreiteiro para outra empresa já foi assinado e já está a nova empresa no terreno. Espera que a obra se desenvolva rapidamente.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Pedro Barroso, Manuel Ramos e Ricardo Moura.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "A falta de argumentação do Sr. Presidente é marcante e por isso o recurso ao assunto que aqui apresentou. Mas queira saber que essa questão é pública e por isso não me sinto afetado, estou de consciência tranquila.

Reconheço que errei, por ingenuidade e juventude, mas agradeço-lhe por me ter aberto os olhos e me ter ajudado a tomar a minha melhor decisão política desde que me conheço, que foi a entrega do cartão do seu partido, e não apenas por questões locais, mas também nacionais.

No entanto, e voltando ao assunto da primeira intervenção, não há dúvida que os militares de Abril lutaram por uma democracia diferente e não pelos democratas que temos agarrados ao poder. E nesta matéria o PSD, a nível nacional, também não tem dado um bom exemplo, como os casos das candidaturas já conhecidas e que estão em tribunal.

Na verdade, os verdadeiros democratas não deviam precisar de uma lei de limitação de mandatos para sair.

A asfixia democrática no nosso concelho é evidente, não só com a oposição, e isso é paradigmático e os meus colegas da bancada socialista sabem-no bem. O deputado municipal, Pedro Barroso."

O deputado Manuel Ramos deu os parabéns ao deputado Ricardo Moura por este ser um leitor assíduo do seu jornal.

Disse que o artigo publicado em seu nome sobre a Feira do Fumeiro não é uma notícia mas sim um artigo de opinião e isso faz toda a diferença.

Disse que não se recorda de datas concretas, mas que se lembra que o deputado Ricardo Moura, numa sessão da Assembleia Municipal, disse que os porcos comercializados na feira do fumeiro não eram de cá e que é preferível ter porcos do que vacas pois estes dinamizam os campos pois a eles estão associados o cultivo da terra e além disso o porco pode ser transformado localmente e o produtor fica com o lucro todo. Disse ainda que alguém disse que quem mais lucra com a Feira do Fumeiro são os de Baltar. Aqui também

deveriam ter coragem de dizer o que sabem, quem faz isso, se falam com conhecimento de causa ou onde ouviram isso.

O deputado Ricardo Moura disse que nunca ninguém o ouviu dizer que os porcos que vão para a Feira do Fumeiro não são de cá. Disse que acabou de dizer que o deputado Manuel Ramos até podia ter alguma razão, mas não pode culpar a Câmara e a Associação de Fumeiro pois tudo têm feito para o grande sucesso deste evento.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e José Carvalho.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Quero colocar três questões, duas delas já colocadas duas vezes na assembleia anterior e que o Sr. Presidente ignorou e que são: Para quando a construção do campo de chegas (Chegódromo) do complexo multiusos, uma vez que é um projeto de quase 10 anos mas continua por fazer; Porque é que a Câmara não coloca uma rampa para melhorar a acessibilidade dos cidadãos com deficiência motora junto ao estacionamento para estas pessoas. A terceira questão é para saber que entidade é a Junta de Agricultores de Gralhós, que recebeu uma transferência de 40 mil euros, quando muitas juntas receberam menos ou nada. Por exemplo, a própria Junta de Freguesia da Chã só recebeu 10 mil euros. Não haverá neste caso sobreposição de entidades para gerirem o mesmo dinheiro e território.

Uma vez que me acusou (e a outro colega de bancada) de denegrir a imagem dos autarcas, quero dizer-lhe que, também aí, o senhor vence-nos a todos aos pontos.

Acredito que o Sr. até me possa dar lições de política, sobretudo no “quero, posso e mando” e “como manter o meu lugar a qualquer custo”, mas para me dar lições de educação, moral, honestidade e democracia, ainda tem de nascer outra vez.

Quanto ao valor das minhas intervenções enquanto deputado, em Assembleia posterior, vou recordar-lhe todas as propostas que aqui fiz e que o Sr. Presidente rejeitou ou ignorou. O deputado municipal, Pedro Barroso.”

O deputado José Carvalho disse que no documento apresentado aparece a rubrica "requalificação da vila de Salto" e quem vir isto fica com a ideia que a vila toda anda em obras e só apenas uma rua é que está a ser intervencionada. Congratulou-se com a obra feita em Currais pois as ruas estão em condições, mas julga que antes desta intervenção deveria fazer-se o saneamento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Presidente da Junta da Chã conhece muito bem a excelente obra que foi feita em Gralhós. A Câmara não financiou o regadio de Gralhós. Financiou todos os regadios, assim como todo o processo administrativo para que os regadios pudessem ser executados e para que houvesse todo o acompanhamento junto dos fundos comentários e do seu complexo processo burocrático.

Disse que se não entendem a requalificação da vila de Salto como sendo obra, então não sabem o que são obras. Gastar mais de 400 mil euros num quarteirão em Salto deve ser migalhas para alguns deputados. Se não veem as em obras o melhor é acordarem pois devem andar a dormir.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2012 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Ana Isabel Dias.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e elementos da mesa, ilustre executivo, caras e caros colegas desta Assembleia e caríssimo público aqui presente, já tive a oportunidade de me dirigir, noutras alturas, a esta Assembleia para partilhar algumas reflexões sobre o trabalho que este Município tem desenvolvido nos domínios da ação social e da saúde.

Muito poderia dizer sobre o trabalho desenvolvido nestas áreas, nos últimos anos. Poderia até fazer um exercício de procurar enumerar todos os projetos e medidas sociais de apoio, mas não o farei porque seria muito exaustiva.

Dizer isto significa que muito se faz por cá e, é preciso sublinhar, muito desse trabalho não tem visibilidade, sinal de que as preocupações sociais são uma prioridade, deixando-se de parte o populismo fácil.

Dizer isto significa, também, que as pessoas estão primeiro e que são respeitadas com base em princípios humanistas.

O Município de Montalegre é, de facto, uma almofada de suporte para os seus munícipes.

Tendo isto presente, queria aqui reforçar uma ideia que parece fulcral. Estes apoios assumem especial relevância no atual contexto de crise que vivemos. Sabemos que o Estado se demite, cada vez mais, das suas funções, deixando os portugueses ao abandono, especialmente os mais vulneráveis.

Sabemos, também, que aos jovens a única mensagem que este desgoverno lhes dirige é para dizer emigrem, sem que se pense nas consequências dramáticas que daí podem advir. Desta forma deixaremos este país órfão de uma geração inteira que vira costas a uma nação cada vez mais envelhecida. Mas, infelizmente, há bons exemplos que contrariam esta governação irresponsável e com a maior insensibilidade social de que há memória desde o 25 de Abril de 74.

Tenho orgulho em dizer que um desses bons exemplos é a estratégia pensada e desenvolvida no concelho de Montalegre. Para além da obra, reconhecida certamente por todos nós e também por aqueles que nos visitam e destacam o caminho de desenvolvimento do concelho, verificamos que ao nível municipal existe uma grande preocupação em preservar e promover o nosso património imaterial, fazendo crescer nos barrosões a sua identidade. A par disso falamos também do que não se vê, mas se faz sentir na vida das pessoas, do investimento nas medidas sociais e nos cuidados de saúde.

Quando o Estado se demite, o Município avança e investe porque está do lado das pessoas!

Muitas são as boas práticas do Município, e a título de exemplo mencionem-se: os incentivos à educação, numa altura tão difícil para as famílias; a colaboração com as IPSS's do concelho numa constante preocupação em promover direitos da população mais isolada e frágil; a colaboração com a CPCJ, que faz um trabalho exemplar, reconhecido pelas estruturas superiores; o investimento nos jovens, através da integração em estágios profissionais, promovendo a autonomia dos jovens e o alívio das famílias.

Pensando nestes grupos socialmente mais desprotegidos é de valorizar o grande esforço de integração profissional de beneficiários de RSI, muito dos quais não encontram respostas no mercado de trabalho. Temos conhecimento da falta de competências de muitas dessas pessoas, mas também sabemos que precisam de uma oportunidade para as desenvolverem e essa oportunidade está, também, na Câmara Municipal.

Permitam-me, agora e para terminar, a ousadia de uma última mensagem.

Comemoramos ontem a revolução de abril e os valores que esta defendeu. Será altura para trazermos à memória a luta que consagrou direitos fundamentais que hoje, infelizmente, são banalizados e ignorados. A própria Constituição Portuguesa foi, recentemente, alvo de um ataque que se julgava impensável.

Não se imaginaria que as músicas de intervenção dos anos 70 fossem tão atuais nos nossos dias. Mas, como se vai ouvindo a várias vozes, o povo é que mais ordena. O povo é, ainda, quem mais ordena.

Pois é, o valor económico não pode estar em primeiro lugar. Ainda bem que em Montalegre o valor humano é o que mais conta.

Muito obrigada pela vossa atenção. Assinado, Ana Isabel Dias.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta conta de gerência espelha bem que a Câmara Municipal de Montalegre governa para as pessoas.

Realçou os 200 mil euros dados aos agricultores para pagamento da sanidade animal que vão para a economia, que vão para um setor primordial da nossa terra; apoios para habitação social; lista infindável de apoios para a educação; investimentos na promoção da nossa terra e dos produtos locais; apoio às

associações; apoio aos jovens através dos estágios profissionais, beneficiários do RSI e do subsídio de desemprego, promovendo a inserção destas pessoas na vida ativa.

Deliberação: Aprovada por maioria com três abstenções.

4.3 - Revisão aos Documentos Previsionais Ano Financeiro 2013 / 1ª Revisão ao Plano Plurianual Investimentos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.4 – Procedimento da revisão do Plano Diretor Municipal de Montalegre - Aprovação final.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Joaquim Pires.

O deputado Joaquim Pires disse que há pessoas que têm terrenos dispersos e não é fácil arranjar terreno para construção de armazém com a área exigida. Espera que isto não limite as pessoas de construírem o armazém e de se dedicarem à agricultura e pecuária pois, numa altura difícil como vivemos, é bastante necessário.

Falou ainda das casas em ruínas e disse que a Câmara deveria ter um papel mais ativo e arranjar solução para estes casos. É um problema urbanístico muito grave.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre as casas em ruínas disse que o PDM não pode ultrapassar o respeito à propriedade privada. A Câmara pode tomar posse de uma casa em ruínas, mas isso administrativamente, é muito complicada de tratar. A Câmara pode demolir, mas se comesse a demolir as aldeias ficariam todas destruídas. A alternativa à demolição é o aumento do IMI, pois só assim os proprietários tomarão providências. É uma relação muito delicada.

Sobre a área de construção, disse que este PDM resolve alguns problemas de construção urbana apesar de regra restritiva deixa resolução para os problemas da economia, da agricultura e do turismo, permitindo-se estas iniciativas fora do perímetros urbanos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.5 – Proposta de designação do Júri de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos (cargo de direção intermédia de 2º grau)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário

Manuel António Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas